

## O MEU NOME É ANTÃO VASQUES

Meu nome é Antão Vasques, o homem de quem diziam que tudo sabia da guerra. Comandei a ala esquerda em Aljubarrota.

Sei pouco de letras. Mas sei que o infinito dorme nas palavras. E o risco das palavras faz a criação das coisas. Dá às memórias a eternidade da ausência.

Irei ditando tudo o que aconteceu a um moço sabido na arte de tecer memórias e que dá pelo nome de Fernão Lopes. Enquanto for falando e pensando saberei que não é quimera a certeza de ser. Porque o pensar aumenta a idade da alma.

Sou um homem que meço os anos pelos golpes e cicatrizes que me marcam a pele e pelas imagens que meus olhos viram em muitas batalhas e desvairados sítios numa guerra de para além de cem anos.

Deus conservou-me a limpidez dos dias guardados na vastidão da memória, que é a forma de um velho possuir o tempo que foi, o tempo que é, e aquele que julga ter.

O destino manifesta-se na lisura das suas contradições. Os fins seguem inexoravelmente o seu caminho, que o tempo vai lendo na apresentação dos dias. A ocultação é a nossa forma de sermos condenados aos dias que temos. Aprendi com os anos que é preciso esperar que o tempo venha e que o tempo vá, para se saber o porquê das coisas.

Dizem que sou o homem que tudo sabe da guerra. Era assim que o Condestável Nuno Álvares Pereira me chamava. Ele era um moço de vinte e cinco anos e tinha por si a resolução, o destemor e a inconsciência.

Dir-se-ia que queria morrer cedo. Mas Deus enganou-lhe os dias e ficou até que a velhice o amortilhasse em virtudes e burel de frade.

Porque da vida e da morte se sabe pouco é que todos, antes da batalha, faziam promessas, segurando-se a tudo e nada.

Este mataria primeiro. Aquele haveria de ferir de lança. Outro caminharia até um santuário de uma das invocações da Virgem, que são tantas quantas as desesperanças da alma.

Não há caminho para o desespero.

Lembro que a um fidalgo da Maia tremeu-lhe o lábio ao fazer a sua promessa, depois de ouvir os juramentos audazes de tantos outros cavaleiros. Se Deus houvesse por bem conservar-lhe a vida naquele aperto, haveria de guardar quarentena... quarentena de castidade... com a abadessa de Rio Tinto que então tinha por amiga.

O arcebispo D. Lourenço Vicente, primaz de Braga, ergueu o olhar por cima das convenções, indiferente à rigidez dos códigos. Um homem é feito de momentos e segredos. Depois entregou a maça de armas ao fâmulo e levantou a mão direita para lançar sobre todos as perdoanças de absolvição geral.

Colocou na cabeça o elmo encimado por uma imagem da Virgem, pois aquele era negócio das coisas da terra e causa traçada pelo transcendente.

Não esqueceria nunca as «ribeiradas de sangue que verteria nesse dia» e assim o escreveria a D. João de Ornelas, Dom Abade de Alcobaça.

O Condestável estava junto, bisonho na verdura dos anos. O seu olhar temerário cruzou-se com a determinação do clérigo.

O Mestre chegara à frente para agarrar a bênção. Tinha vinte e oito anos e o rosto já era de rei, que assim se julgava. Ironia do destino que o trouxera até ali.

O tempo daquele dia era mais do que coroa de rei ou fronteira da terra. O tempo era o de levar o mundo ao encontro do mundo todo.

Era hora de vésperas. O Sol declinava para o mar da Pederneira.

Como foi possível que tão valentes Varões de Castela, senhores, homens de armas e peonagem, armados com o rigor da arte

da guerra, confiados na vastidão do número e cegos pelo desprezo por quem lhes fazia frente, como foi possível que assim sofressem uma derrota desbaratada na Cumeeira de Aljubarrota?

Tanta vaidade de bandeiras e véstias, tanto luzimento de peitorais e elmos, tanto olhar sobranceiro de homens acostumados a domínio altaneiro, vindos de Burgos, Valladolid, Córdoba, Múrcia ou Medina del Campo, experimentados Gascões e grandes senhores de França e sua gente, vencidos pelo imprevisto impensável de uns quantos coragentos, chamorros mal armados, agarrados ao arrojado destemor de vender cara a vida antes que ver morrer a ideia de ser nação.

Sobrou orgulho onde faltou razão e ordem.

Talvez quem rege o futuro achasse que aquela peleja não teria o seu natural desfecho e cada povo teria que fazer em separado a parte de destino que lhe caberia na história do mundo.

O homem vai nascendo e morrendo os dias todos de sua vida. Os povos são assim também. Permanecem para além da perdição que os cerca. Os erros e acertos são os que manifestam uma das mil ocultações daquilo que pode ser o rosto do que fica.

Agora sou um velho. Olho para as minhas armas que comigo percorreram os caminhos da Europa. Afago as cicatrizes agarradas à minha pele rugosa. O espírito não se convence que o tempo passou e o corpo cedeu à decrepitude. É uma tragédia quando a lucidez se agarra à mente, recusando a limitação do corpo!

Aqueles que escrevem as crónicas fazem-no na conformidade de quem domina. O mais, a outra parte da verdade que aconteceu, a bruma do tempo a esquece. Mas os olhos que viram o desgarrado horror e os ouvidos que ouviram o grito de quem vende a vida e a finda, esses guardam os sons, os cheiros e as cores do que foi, como pendões que vestem o vento da memória.

Nada surge ao acaso. Não se mede o mundo pelo que nele falta. Falta tudo.

O que existe é apenas começo.

Quando o Rei de Castela levou, na fuga, o desespero para Santarém, e o mestre de Alcântara foi juntando o que restava da

hoste vencida, e seguiu o seu caminho para Castela, o destino ditara que cada um dos povos peninsulares traçaria o seu caminho em separado na história do mundo.

D. João de Avis ficou três dias no campo como era o bom costume de cavalaria. Aos mortos, aos milhares, a avidez do saque deixara apenas a nudez e a vestimenta dos sinais de morte.

Àquele Rei de Aljubarrota estava destinado ir a Ceuta abrir a porta do mundo além, e ter descendência que olhasse o mar em fora, como caminho longo de encontro do homem todo.

## O LABIRINTO DA ALEIVOSA

O corpo bateu desamparado no terreiro da Sé, lançado do alto da Torre. Estava morto já.

Mau momento aquele em que os enganos são tomados por verdades. Quando a multidão viu o bispo morto todos lhe espetaram chuchos no corpo, que já nada sentia, como se o acto fosse perdoança do que julgavam justificado. Depois desnudaram-no das vestiduras eclesiais e atiraram-lhe pedras, no meio de um alarido infernal, tão alto que calasse a inconsciência da insensatez do acto.

Roubaram-lhe quanto tinha e deixaram-no nu, tal como a desgraça é capaz de deixar o desamparo da morte. Uns rapazes lançaram-lhe um baração aos pés e arrastaram-no pela calçada em direcção à Rua Nova dos Ferros.

A multidão voltou-se para a Torre da Sé e fez roda entre pisotões e chalaças. O corpo do prior de Guimarães foi lançado também e bateu seco. O crânio abriu com ruído surdo.

Outro corpo voou até ao chão espirrado de sangue. Era do Tabelião de Silves.

Se assim alguém os atirava razão havia para isso. O alarido era sem medida, guinchado e esganado nas gargantas. A bruteza quando galga o dique do siso precisa de abafar o pensamento para a si mesma se convencer que ele não existe e que o que conta apenas é a razão da sua razão.

Foi assim que tudo aconteceu. Ou que pareceu, meu perspicaz escriba, Fernão Lopes. Mas já que procuras recolher a verdade em quem a viveu, fica sabendo que a história foi outra. Digo-te com a

autoridade das minhas cãs e destes olhos baços que já viram demais. Talvez tudo o que no homem existe, parece, se supõe e se tece.

O bispo de Lisboa, D. Martinho era homem letrado e eclesiástico cumpridor de seus ritos e obrigações. Nascera em Zamora. Castelhana, portanto. O que não era grande recomendação nos tempos que corriam. Tempos de incertezas no Reino e de cisma na obediência aos papas. Contavam-se dois na altura. Um em Avinhão a quem os castelhanos obedeciam. E o papa Urbano, o sexto desse nome, a quem prestavam obediência os portugueses. Razão maior para que o povo olhasse o bispo com a esguelha da suspeição e da heresia. Tanto mais que o tinham como chegado à rainha Leonor Teles.

Mas D. Martinho era homem recatado e moderado nos actos. Vivia por cima do Claustro, para mais facilmente descer ao presbitério, para o ofício das horas canónicas. Mostrara mesmo a intenção de que ali viessem a viver todos os cónegos, o que desagradava àqueles mais agarrados a prebendas e livres de costumes.

O bispo almoçava naquele dia com o prior de Guimarães, que há tempo não via, e com o tabelião de Silves, que casualmente ali viera despachar.

As últimas goladas de um vinho generoso ficaram amargosas e os olhares interrogativos pela assuada que se ouvia para o lado do Paço da Rainha, ali bem cerca, com guinchos de mulheres e vozearia infernal de gentes, que parecia encher as ruas em redor. No meio da geral confusão pareceu-lhe ouvir «que matavam o Mestre».

O bispo D. Martinho desceu ao Claustro com o prior de Guimarães e o Tabelião de Silves por uma escada que corria por dentro da parede.

A curiosidade levou-os a subir ao alto da torre, onde ficavam os sinos, não sem antes mandar trancar todas as portas da Sé. Os sinos de todas as igrejas de Lisboa repicavam como se de incêndio se tratasse, desde os recolhimentos de Xabregas até ao Vale de Alcântara.

O Bispo não viu fogo, nem festa de alegria de rei, nem cerco de inimigos. Tampouco se vislumbrava qualquer outra razão que justificasse tanto alarido. Apenas um ajuntamento que engros-

sava, enchendo o terreiro da Sé e as ruas adjacentes, até ao Paço da Rainha, berrando ordens que a gritaria tornava imperceptíveis. Distinguia no meio do povo o antigo chanceler-mor Álvaro Paes, montado num cavalo pigarço. Estranha coisa, pensou o Bispo, que bem sabia que o manhoso chanceler, carregado de gota, há muito que não montava.

Mas naquela ocasião parecia livre de moléstias e revestido de juventude, no meio de muita gente que lhe era chegada e do povo miúdo. O chanceler-mor e os seus gritaram para cima que repicassem. Mas o bispo não via razão para mandar repicar os sinos, que na sua quietude se tornaram razão de desgosto e traição. Que repicassem, gritava o ajuntamento. Teimoso, o bispo deixou o bronze em silêncio.

As portas da igreja da Sé eram fortes e o edifício bem defendido que nem fortaleza. Depressa surgiram escadas e os mais afoitos entraram por uma janela e abriram as portas. A multidão entrou como maré desembestada para ver quem estaria na torre e por que razão não repicavam os sinos. Alguém gritou «se for o bispo que seja atirado de lá abaixo!»

Outros chamavam-lhe castelhano e herético. Mas a razão principal do ajuste que desejavam era por ser público que o Bispo era próximo da Rainha e do conde João Fernandes Andeiro.

O Alcaide da cidade e o procurador Silvestre Esteves e outros mais ajuizados subiram por uma escada de caracol, que dava acesso apenas a um de cada vez, e foram à fala com o bispo, questionando a razão por que não repicavam os sinos da Sé, quando todo o povo gritava e o exigia.

O bispo justificou-se com razões sensatas e palavras mansas. Satisfeitos iam descer a torre sem mais consequência.

Mas o siso quando se perde por força de emoções ou sanha é como dique desbordado que tudo arrasa na avalanche.

Os de baixo gritavam: «Que demora é essa que fazeis que não deitais o traidor para a rua? Já vos tornastes castelhanos como ele? Já estais todos de acordo?»

E porque ninguém aparecia lançado do alto ameaçavam «que se não lançavam o bispo iriam acima e todos seriam lançados com ele».

O medo é conselheiro de desvarios. Carrasco sem causa. Justificação de actos tresloucados, que o receio da morte apressa, para que não haja tempo de reflexão.

Logo ali, sem causa nem porquê, foi morto o bispo e os que com ele estavam e lançados para a rua para satisfação e gritaria da praça cheia.

Os matadores encolheram os ombros e gritaram também para espalhar o remorso. Em baixo viram o corpo inerte ser espetado, despido e arrastado por um tropel de rapazolas, seguidos pelos latidos dos cães à espera que a canseira dos homens lhes deixasse os restos do infortúnio.

Sabes, Fernão Lopes, depois do que aconteceu ao bispo D. Martinho tudo seria de esperar daqueles dias de mudança. O povo há muito que continha a ira do desagrado pela injúria do rei Fernando. Nunca aceitou aquele casamento com a rainha Leonor Teles a quem chamava simplesmente a «barregã». Agora, morto o rei Fernando e sentida a incerteza da sucessão, era a Rainha o alvo do ódio. Ela e o seu amante, o detestado Andeiro.

O povo desculpa aventuras de rei e aceita-lhe uma ranchada de bastardos, se for caso disso.

Celebra pelas tabernas, na alegria encalorada do vinho, o macho que é o seu símbolo e guardião de sua fazenda. Vê na gulodice desbragada do rei tudo aquilo que ele, povo, também faz na joeirada de enganos, ou o que desejaria fazer se a ocasião e a ousadia se prestassem.

Mas o povo não tolera um rei cornudo. Nem uma rainha feita barregã de alcova com qualquer escudeiro ou conde.

E o povo amava o rei Fernando, bom administrador e mau político, mulherengo solto e, por fim, embeijado por mulher casada, ao ponto de fazer dela rainha. Amava-o tanto quanto odiava a Rainha, que nunca aceitara.

Por isso e por tudo o mais Leonor Teles se tornou a roda da boa e má fortuna daquela revolução.

Má hora em que o Rei a conheceu. Eu conto.

O rei Pedro de Portugal deixara vários filhos de diferentes mulheres. Fernando, que teve da rainha Constança Manuel e foi

rei. João, Dinis e Beatriz, daquele amor infinito e desgraçado com a bela Inês de Castro, a do «colo de garça». E o outro João, filho da galega Teresa Lourenço, menino predestinado a quem o destino haveria de acrescentar.

Todos os irmãos e meios-irmãos se davam com lealdade e sem reticência. A única irmã, Beatriz, era objecto de simpatia especial. O rei Fernando pôs-lhe casa com senhorio e criadagem, como se fora rainha. A Infanta era o centro da vida social da Lisboa de desvairadas gentes. Nos salões da Infanta juntavam-se as mais belas mulheres do Reino. Ela tinha o saber de uma visão de proximidade e a distância que herdara de sua mãe, Inês de Castro. Entre as damas que faziam o círculo da infanta Beatriz contava-se Maria Teles, mulher de predicados que faziam enevoar o siso de qualquer cristão. Casou cedo com o fidalgo Álvaro Dias de Sousa, de quem teve um filho, D. Diogo Dias de Sousa, que foi Mestre da Ordem de Cristo e cuja história se há-de cruzar com a grande batalha de Aljubarrota.

Pouco tempo viveu com o marido. Uma madrugada, D. Álvaro Dias de Sousa aprontou cavalos, escudeiros, mantimentos e ouro para o futuro incerto e despediu-se de Maria Teles. Ambos sabiam a razão que era de vida ou de morte. Despediram-se em silêncio. Amavam-se, mas o rei Pedro de Portugal descobrira que o atrevido fidalgo compartilhava com ele os favores de uma amante comum. O Rei tivera um desses repentes de fúria em que gaguejava até a voz lhe fugir pelo gotto abaixo e o ódio repentino determinava morte decidida por processo certamente bárbaro. «Hei-de capá-lo por minhas próprias mãos como mandei fazer ao escudeiro Afonso Madeira!...»

A dama que partilhava o leito com o Rei, por gosto e submissão, achava que o fidalgo era gosto diferente. E dois gostos que se completam alegam a vida mofina de uma dama recatada. Não gostou de ouvir acerca do destino a dar aos atributos do fidalgo e mandou avisá-lo por um judeu, mestre em mesinhas e livre traz-e-leva de recados reservados.

D. Álvaro Dias de Sousa pensou que o que se deve fazer no presente não é para deixar para o minuto seguinte, que pode já não existir.

As estrelas da madrugada olharam-no já longe, a caminho de Castela, refúgio de descontentes, condenados e enjeitados da sorte. O fidalgo tinha o destino escasso. A contagem dos dias cessou pouco tempo adiante e a morte levou-o.

Maria Teles casara cedo e cedo enviuvou. Espalhou o desgosto e a solidão e permaneceu como aia da infanta D. Beatriz. Tornou-se a cobiça dos olhares indisfarçados do infante D. João, o filho mais velho de Inês de Castro. O infante era excessivo nos amores e possessivo na correspondência dos afectos, o que é um caminho aberto para a tragédia.

Foi neste ambiente leviano e de enganos consentidos que o rei Fernando conheceu Leonor Teles, irmã de Maria Teles. As duas irmãs, Leonor e Maria eram filhas de Martim Afonso Teles de Meneses e de D. Aldonça de Vasconcelos. O pai fora mordomo-mor da rainha D. Maria, a bela filha de Afonso IV de Portugal, que casou com Afonso XI de Castela.

Quando Afonso XI de Castela morreu de peste no cerco de Algeciras, seu filho Pedro I de Castela, também ele tal como o primeiro Pedro de Portugal cognominado *o Cruel*, iniciou um ciclo de atrocidades e vinganças.

Martim Afonso Teles de Meneses emigrou para Portugal, fugindo à perseguição de Pedro, *o Cruel*. Os Meneses tornaram-se próximos da realeza portuguesa.

O rei Fernando era homem gentil nos modos e presença. Inconstante nos amores. «Amador de mulheres e grande achedor a elas.» Tivera sempre aquele ar de palidez de arcanjo, quase enfermigo, quase abismo que se deseja. Divertia-se com os «jogos e falas misturadas amiúde com beijos e abraços e outros desempenhos de semelhante preço», próprios do ambiente de donas, donzelas e camareiras.

Ora se Maria Teles era mulher «fremosa, aposta e mui graciosa», sua irmã Leonor Teles era «louçã, aposta e de bom corpo».

O rei Fernando olhou Leonor com os olhos mortiços de sedutor guloso, julgando que a nova galinácea viria facilmente aconchegar-se na sua capoeira. Leonor era intuitiva e astuta. Presentiu a força do Rei e a sua fraqueza. Olhou a sua beleza de anjo caído de um paraíso ausente. Já então lhe chamavam «o Fremoso».

Mas Leonor era daquelas mulheres para quem beleza de anjo era acessório. Mais cuidaria de ambição desmedida que de amores cantados em versos e palavras jogadas em surdina no ouvido frouxo.

A carne de fêmea desbragada de instintos seria ela capaz de satisfazer com qualquer escudeiro ou conde, de pelagem vasta espalhada pelo corpo, como um javardo, e que urrasse como jerico na explosão da natureza. Mas tinha o modo de disfarce natural dos instintos latentes, mesmo que a inteligência não lhe sobrasse.

O Rei fez-se próximo julgando-a presa dócil. Leonor aceitou a corte e tornou-se fácil na aproximação e reticente na entrega.

Desenhou os modos todos que despertam o desejo e a sensualidade sem lhe conceder a satisfação de inteiramente a possuir. Artimanha infalível de fêmea perversa, que assim faz misturar o vulcão das paixões e o caos da insensatez. Aquele corpo de desejo e sedução só seria obtido pela porta ritual e solene do casamento.

Mas casada era ela! Com o fidalgo João Lourenço da Cunha, senhor de Pombeiro, de quem tinha um filho. No desespero da insatisfação o Rei declarou-lhe um dia que só com ela casaria. Era o que esperava ouvir a ambiciosa perversidade de Leonor.

Maria Teles adivinhou o escândalo e toda a desgraça que a tresloucada paixão de Fernando poderia produzir. Tentou dissuadir o Rei, sem resultado. Pediu auxílio a seu tio, o conde de Ourém, João Afonso Telo, homem de influência junto do Rei, que não foi mais feliz.

E quando argumentava junto do Rei que Leonor era casada ele respondeu o inimaginável: «Eu os descasarei!»

Descasar? E a Igreja? E o povo temeroso de Deus e dos castigos da peste e do inferno?

Mas isso seria fácil, argumentava o Rei. Seria tanto mais fácil quanto ela ainda era parente do marido. Ele arregimentaria quantos teólogos fossem necessários para fundamentar a nulidade. O Papa faria o resto...

Leonor ficou livre. Deixou correr o destino que lhe agradava. Não sei se de facto amava alguém para além de si própria. Não assim o Senhor de Pombeiro, que de modo nenhum aceitava perder a mulher. Por amor, por honra, por gosto e pelo enxo-

valho. Mas poderoso cavalheiro é dom dinheiro. E quem pelas boas é reticente por medo certamente que consente.

O marido desmaridado tomou o caminho de Castela. O rei Fernando estava disposto a tudo. Por isso o caminho do desterro era de aconselhar. Se bem que, dizem as más-línguas, o Rei para que o desgosto não fosse pleno e para comprar a conformidade fez-lhe chegar grossa quantia. Na balança dos actos o silêncio pesa muitas vezes na medida dos sacos de moedas contadas.

Não foi o caso. D. João Lourenço da Cunha apesar do ouro não esquecia a afronta nem deslembra a fêmea. E alardeava por toda a Castela a sua desdita e o rancor que guardava ao rei Fernando. Os grandes de Castela olhavam-no com distância. O povo mofava do despeitado marido que gozava de grossas quantias vindas sabe-se lá de onde e chamava-lhe «El de las cornas de oro», nome por que ficou conhecido em Castela.

O povo de Portugal é que não aceitou os amores entre o Rei e Leonor Teles de Meneses. O descontentamento manifestava-se em murmurações e motins sob qualquer pretexto ou sem ele. O clima de emoções, quando cresce, faz nascer os mais descontraídos boatos como escalracho de fazer secar o siso.

Correu por Lisboa o boato que o Rei havia já casado em segredo com sua amante.

O Rossio encheu-se de gente desde o convento de S. Domingos até à pedreira do Almirante. À frente, em cima de uma barrica de uma oficina de tanoeiro ergueu-se um homem bom da cidade, alfaiate de profissão, e que dava pelo nome de Fernão Vasques, «homem que sabia dizer o que é preciso dizer.»

Era de palavra fácil e dizia as coisas que o povo entendia e exprimia por gritos e palavras de ordem. Tinha a noção de quando o povo perdia a alma e lha entregava. Só ele era capaz de dominar aquela maré de insatisfação. Todos, alguns milhares, com os instrumentos de trabalho alçados em armas, encheram a Rua Nova dos Ferros e subiram a encosta até à Sé, junto da qual ficava o Paço da Rainha, a par de S. Martinho.

Com uma vozearia sem tino admoestaram o Rei dizendo-lhe que tal casamento era desonroso, prejudicial para o Reino e que escolhesse infanta digna de um rei português.

O povo nos primeiros tempos olhara Leonor com distância, como sendo de outro lado e outro modo, senhoril, mais alta que todos, e chamou-lhe no seu modo admirativo e brejeiro «a Flor de Altura».

Mas agora que as raivas desbordavam da alma até à voz gritada, todos lhe chamavam pela palavra desconforme: Barregã!

A palavra maligna ecoava pelas ruelas de Lisboa, apinhadas de gente até à porta da igreja de S. Domingos, aberta sobre a vastidão do Rossio, que era como que o sítio da assembleia do povo todo: Barregã! Barregã!

Era como uma sentença de impossibilidade de ser rainha. Sinete que a igualava às mulheres de vida incerta da ladeira da Cotovia e da Ribeira das Naus.

Leonor Teles olhava, discreta, junto a uma fresta do palácio, a multidão resoluta. Um ódio ácido, capaz de derreter o ferro, subiu-lhe ao peito, vindo do outro lado das paredes da alma, tornando-se frio de resolução quando alcançava a cabeça já coroada de sonhos e ambições. Barregã ela, Leonor Teles de Meneses, capaz de pôr todos os homens num tapete de olhares bajuladores feitos capacho da sua ufanía?

Barregã? Povoléu bacoco, congregado às ordens de um alfaiate!

Leonor exigiu do rei castigo exemplar para os tunantes atrevidos. Não podiam casar em S. Domingos ou na Sé onde o bispo D. Martinho, clérigo de sua confiança os casaria, pela certa? Não tinha o aplauso daquela gente mesquinha ao som de pífaros e charamelas a quem ela atiraria depreciativamente umas moedas? Então iriam para longe encontrar sítio digno de unirem os seus destinos.

D. Fernando agia pelo adiamento, que é o caminho próprio de todos os frouxos.

O Rei apaziguou os amotinados. Que sim, que agradecia o interesse que tomavam pelo bem do Reino. Que não era casado com D. Leonor Teles nem nunca Deus permitiria que o fosse. Que arrumassem as iras escusadas e voltassem para suas casas que ele, o Rei, lhes daria a conhecer a sua resolução no dia seguinte, junto à igreja de S. Domingos.

O povo é como um mar a babar-se ao som de brisas nas areias mansas. Solta as iras por vezes. Mas passa-lhe depressa e volta a esquecer a sua força espojando-se na frouxidão do areal. Basta uma boa promessa ou uma palavra melada e julga logo que conseguiu o mundo todo.

Barregã! A palavra que era ódio transformou-se na palavra da risada, da chacota, do escárnio daquela noite nas tabernas de Alfama e da Costa do Castelo.

Barregã! Murmurava com desprezo malévolo a pretendente a rainha entre dentes. Exigiu do Rei que fugissem naquela mesma noite para o Norte. E que não ficasse impune qualquer plebeu que se atrevera a levantar o desafio da exigência.

Na noite densa, que a lua nova deixava vestida de trevas, uma galera seguida de vários barcos do Tejo partiu em direcção a Santarém, caminho habitual de procurar destino para além das serras do Aire e de Alvalos.

Os remadores esforçavam-se contra a corrente do rio. O vento soprava favorável nas velas. O espelho das águas, extenso, do mar da Palha, agitava-se indiferente. A pressa era muita. Fugiam do medo. Faziam distância do que deixavam para trás. A distância e o medo alargam as mentiras da motivação das coisas. O medo encolhe a alma. E a distância faz esquecer os actos e as razões deles. Leonor havia exigido do Rei vingança pelos insultos recebidos da população. O Rei, cego aos desatinos da paixão morbosa, tudo prometeu. Deu ordens para que os motins fossem dispersos, e que os cabecilhas dos distúrbios fossem punidos com severidade.

Uma ordem de severidade torna-se atrocidade por parte de quem a executa. Pois é sempre mais desapiedado quem faz do que inclemente quem manda.

O povo é sempre crente em todas as esperanças desta vida e da outra. E acaba por suportar todos os infernos que lhe batem à porta.

No dia seguinte, logo que a névoa deixou clarear o largo do Rossio, junto ao alpendre de S. Domingos, juntaram-se grandes grupos de gente sem nome. Uns madrugaram para ver o que o Rei tinha para lhes dizer. Outros traziam a borracheira amanhada

pela noite inteira nas vielas de Alfama e a única palavra de que se lembravam de tudo aquilo na voz avinhada era... barregã.

Mas cedo correu que o Rei tinha fugido pelo Tejo com Leonor Teles. E quando olharam uns para os outros o que viram foi a guarda de El-Rei cercando o recinto, de bestas apontadas e um cepo solitário a fazer calafrios na espinha.

Mau agoiro!

Fernão Vasques e outros cabecilhas do motim foram presos com barãos. A uns cortaram-lhes logo ali as mãos. A outros deceparam-lhes os pés. Para que não houvesse dúvidas nem questões. O Povo recuou e parou ao longe como se embatesse contra um muro de nada. O vazio do pasmo abafou as vozes. Só os desgraçados, arrastados até ao cepo, espirrando sangue, gritavam as últimas raivas e invocações. Foram degolados. Todos. Cada um com um só golpe habituado do algoz. O machado de larga lâmina recurva moveu-se e parou no fim do trabalho feito. O algoz limpou-lhe o sangue com um trapo escuro. Não era preciso ver-lhe a cara para saber que a morte é indiferente. Mas toda a gente via o rosto daquela morte traiçoeira e pérfida. E pensava nesse rosto ausente. Leonor Teles.

O Rossio ficou deserto. Os frades rezavam um De Profundis monocórdico encomendando as almas.

Mas quando o povo se perdeu nas vielas tortuosas da Lisboa aturdida, já não chamava à causa daquilo tudo «Flor de Altura». Nem sequer o nome desprezível de «barregã». Chamavam-lhe um nome mais profundo, que exprimia a alma, o temor, o ódio e o desprezo. Haveria para todo o sempre de chamar-lhe «a aleivosa»!

Os fugitivos chegaram ao Porto, ausentes de ouvir os gritos da desgraça do Rossio.

Casaram-se num dia sombrio. Longe de Lisboa, onde os ódios, mesmo calados, nunca haveriam de adormecer. O arco românico do Mosteiro de Leça do Balio viu-os chegar e entrar.

Em cima, a rosácea escancarada à luz das terras do Douro cobriu-se de uma névoa espessa. A Torre quadrangular e granítica, mais parecendo de fortaleza que de igreja, ficou indiferente ao acto. E o acto, por obediência e temor, foi celebrado pelo prior da Ordem dos Hospitalários, de que aquela era a casa mãe.

O olhar espetado em ponto algum que exibiam os grandes do Reino, intimados a estar presentes, escondia a tempestade de desafectos que agitava as almas. O cantochão ecoando na severidade das pedras ajudava a esconder a firmeza dos rostos.

O Rei apresentou à corte aquela que ele acabava de fazer rainha «como descendente da linhagem de reis... e mulher muito conveniente para ele... e entendeu dar-lhe vilas e lugares, para que ela pudesse manter honroso estado de rainha».

Todos a saudaram como tal, beijando-lhe a mão. Todos? O inesperado, que atravessava os ânimos e secava as gargantas, aconteceu repentinamente.

O infante D. Dinis, o filho segundo do rei Pedro de Portugal e de Inês de Castro, ficou hirto perante a rainha, o rosto lívido, os lábios brancos na segura emotiva, recusando pertinazmente a homenagem.

O Rei olhou o meio-irmão, descrente pelo inesperado, cego pela cólera, quando a situação se definiu, cortante.

O Infante articulou pela garganta rouca da segura: «A mão há-de beijar-me ela a mim, que eu sim, sou filho de rei!...»

D. Fernando, enraivecido, sacou da adaga e ia na cegueira da iracúndia assassinar o irmão. Atravessaram-se de por meio, detendo o monarca, o seu aio, Aires Gomes da Silva e o aio do Infante.

Todo aquele reinado haveria de ser uma sementeira de desvarios e ódios contidos.

Os outros irmãos do Rei, ambos de nome João, beijaram a mão da Rainha. Mas o sentido do acto era diverso.

D. João, o filho mais velho de Inês de Castro, superficial e acomodaticio, encarou o ritual como trivial acto da corte.

O outro, D. João de Avis, o Mestre, o filho da galega Teresa Lourenço e de Pedro de Portugal, conteve o ar prudente, colocou o olhar fingido no ponto da perspicácia dos enganos e leu no rosto das circunstâncias que não era aquele o momento que se prestava para atacar de frente a nova rainha.

O destino está escrito noutro lado e desdobra-se no abrir do livro dos dias.

Sábio é quem sabe esperar pelo destino e o agarra com as mãos ambas, no preciso momento em que desenha um sinal no rosto impreciso.

O Rei fez doação à Rainha de inúmeras vilas e lugares, com suprema jurisdição e senhorio.

Estranho. Até aí só a rainha Isabel, a santa e excelente senhora, mulher do rei Dinis, *o Lavrador*, tivera jurisdição civil e criminal em suas terras, ficando, contudo, a pena de morte dependente de apelação para o Rei.

Na doação de Vila Real feita pelo Rei a Leonor Teles era completa a concessão e total a jurisdição, incluindo a pena de morte e «todas as que a Rainha aprovesse de impor».

O povo e os grandes do reino desconfiaram e contiveram-se. Leonor Teles não era apenas rainha. Dominava o Rei. Não se tratava apenas da generosidade de um Rei rico. Era dependência.

D. Pedro I, *o Cruel*, amealhara grandes tesouros. Centralizara o poder dominando os principais com o seu furor justiceiro. Na Torre do Haver do Castelo de Lisboa tinham-se contado oitocentas mil peças de ouro e quatrocentos mil marcos de prata. E outras moedas, jóias e objectos de valor enchiam arcas. O rei Fernando, que lhe sucedera, dava-se ao espanto e à liberalidade.

Até conhecer Leonor entregava-se a aventuras de damas fáceis, na liberalidade de se oferecerem. Distraía-se com o vício espantoso da caça.

Vistosa era a partida real para a caça e a aventura ao sol e ao vento, pelas charnecas e matas, levando mais de quatro dúzias de falcoeiros e um tropel imenso de moços de caça.

Quem lhe queria bem oferecia-lhe aves de caça, falcões, gerifaltos, nebris e açores, às dezenas.

Dir-se-ia que o seu contentamento era povoar Santarém de falcoeiros e que a sua matilha levantasse todo o bicho vivente digno de ser caçado.

Caçado? Caçado foi ele pela aleivosa, capaz de entontecer o siso de um homem e apanhá-lo nas garras de manhas venenosas, como falcão peregrino que agarrasse pardal indefeso.

Era destino. Antes já o Rei havia estado para casar por duas vezes. Em ambos os casos as prometidas se chamavam também Leonor. Foram três as Leonores de sua vida.

Sempre foi um buscador de desvairados sonhos. Por isso passou a vida a coleccionar absurdos.